

A Revista do Programa de Mestrado do UNIFIEO tem passado por modificações e constantes atualizações, para que se ajuste aos propósitos científicos. Iniciada em 2000, com a denominação “Revista Mestrado em Direito do UNIFIEO”, foi editada em versão impressa até 2005. No volume 5, a versão impressa passou a ser disponibilizada também *on line*.

Em 2007, no volume 7-1, sua denominação foi alterada para “Revista Mestrado em Direito. Direitos Humanos Fundamentais”, área de concentração do nosso Programa. Para completa adequação à linha editorial proposta e avaliação de impacto, o nome do periódico foi alterado para “Direitos Humanos Fundamentais” a partir da edição 14-1.

A missão da revista é a de promover o conhecimento, bem como o de estimular valores e divulgar a pesquisa na área dos Direitos Humanos Fundamentais. O processo de produção do conhecimento nacional na área do Direito foi desafiado, nos anos recentes, a se adequar aos novos parâmetros estabelecidos pela CAPES. Alcançamos os critérios estabelecidos, o que é motivo de orgulho para a instituição, o Conselho Editorial e os pareceristas “ad hoc”.

Neste número, abrimos a edição com o artigo “La identidad cultural en la resolución del caso de Derecho Internacional Privado”, de autoria do Professor Milton Feuillade, Professor Adjunto de Direito Internacional Privado da Universidad Nacional de Rosario (Argentina) e Pesquisador do CONICET - Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas Ministerio de Ciencia de la República Argentina. O artigo trata das relações entre a cultura e o modo de resolução de litígios, e da pluralidade jurídica e cultural.

Segue o artigo do Professor Gonçalo S. de Melo Bandeira, do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) (Barcelos, Portugal) e do Programa de Mestrado da Universidade do Minho (Portugal). O artigo trata do Direito humano a um meio-ambiente sadio, saudável em todas as suas vertentes e sentidos, analisando o artigo 9.º da Constituição portuguesa, além da ponderação entre o direito ao ambiente sadio *vs* o direito à liberdade de iniciativa económica privada, além de aspectos de direito penal e direito tributário.

Com o objetivo de continuar a promoção da pesquisa em direitos humanos fundamentais em andamento nos programas de pós-graduação, os artigos seguintes abordam a complexidade dos Direitos Humanos em diversas vertentes. Rogério Gesta Leal e Luiz Felipe Nunes, da UNISC, analisam a autonomia privada e os direitos fundamentais e sua leitura durante os períodos liberal e social. Douglas Cesar Lucas, da UNIJUÍ, contribui com análise interdisciplinar da proposta comunitarista de Taylor e o modo como o autor compreende a complexa e nem sempre amistosa relação entre os direitos humanos e o multiculturalismo, sustentando visão intercultural de direitos humanos. Lourival José Oliveira (UEL), trata da indivisibilidade dos direitos humanos, como pressuposto essencial a fim de equilibrar o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social, dada a precarização do trabalho humano.

Leila Maria Bijos, da UCB, e Manuela Beatriz Ferreira Caçador, da UDF, apresentam fatos históricos e análises teóricas que permitem analisar o fenômeno dos refugiados, seus direitos e o papel dos demais Estados e organismos internacionais na proteção aos solicitantes de refúgio, destacando o caso da Somália. Ainda na temática, Ana Paula da Cunha, representando a UnB e orientada por George Rodrigo Bandeira Galindo, trata do Estado perante o direito internacional dos refugiados, discutindo a subsistência do Estado, no plano nacional e internacional, a despeito do surgimento de uma comunidade internacional, compreendida como marco de institucionalização, evolução e progresso do sistema internacional.

A UFF comparece com Emerson Affonso da Costa Moura, dando continuidade às suas pesquisas sobre a justiça de transição, tratando da inadequação do modelo adotado pelo Brasil, confrontado pelo sistema internacional de tutela dos direitos humanos.

Ana Catarina Piffer Gonçalves e Andréia Garcia Martin, da ITE, apresentam o resultado da pesquisa acerca da concretização de seus direitos fundamentais, trazendo a correlação entre o fundamento da cidadania e o direito fundamental social ao trabalho, indicando o trajeto para a promoção da cidadania da pessoa com síndrome de Down ao se garantir o direito ao trabalho a essa classe social.

Felipe Chiarello de Souza Pinto e Henrique Andrade Porto, da UPM, desenvolvem a defesa do direito ao esquecimento, em razão de o direito à privacidade e à dignidade da pessoa humana não têm sido mais capazes de proteger a intimidade do indivíduo.

Marco Lunardi Escobar (UERN), José Otávio Aguiar (Universidade Federal de Campina Grande) e Paula Apolinário Zagu (UERN), da Universidade Federal de Pelotas, em abordagem interdisciplinar, tratam dos aspectos legais, históricos e sociais das disputas de galos, apresentando estudo de campo, onde levantou-se as informações das operações realizadas pelas polícias e IBAMA na Paraíba para coibir as rinhas de galo dos anos de 2010 a 2014.

Hilda Helena Soares Bentes e Rosangela Cleveland Ferrari, da UCP, contribuem com o texto da apresentação em Congresso (II CIFALE) na Universidade Federal do Rio de Janeiro Faculdade de Letras, analisando “A hora da estrela”, de Clarice Lispector, em uma perspectiva interdisciplinar, articulando a Literatura, a Filosofia e o Direito.

Por fim, Aline Marques Marino e Lino Rampazzo, da UNISAL, colaboram com o ensaio “Refugiados Ambientais: breves comentários sobre o caso dos imigrantes haitianos no Brasil após o terremoto de 2010, no Haiti”, em que questionam acerca de qual o tratamento jurídico que deverá ser dado aos chamados refugiados ambientais, tendo em vista que se trata de situação peculiar que não se enquadra na definição de refugiados, e que, em consequência, causa desproteção a diversos imigrantes.

Boa leitura!

Anna Candida da Cunha Ferraz

Domingo Sávio Zainaghi

Margareth Anne Leister

**Coordenadores da Revista**